



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Handwritten initials and signature in the top right corner.

MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE  
E EXPEÇA-SE

10, 04, 2008  
Handwritten signature

A

Sua Excelência

O Presidente da

Assembleia da República

### REQUERIMENTO

Nº 322/X (3ª) - AC

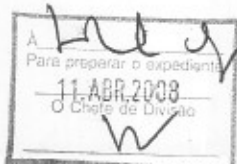
**ASSUNTO: Apoios do Governo às cheias de 2006 e 2007**

Todos recordamos os prejuízos avultadíssimos que as intempéries e as cheias ocorridas no final de 2006 provocaram em inúmeros municípios da região litoral Centro do País.

Em Outubro desse ano, um dos municípios mais afectados foi o **de Pombal**, com vias rodoviárias destruídas, obstruídas ou submersas, abatimentos de ruas e passeios, de tal modo que, recorde-se, toda a zona central da cidade teve então de ser interditada ao trânsito automóvel durante uma semana (!), a fim de a respectiva Câmara Municipal poder remover o entulho que as cheias provocaram.

Diversas habitações ficaram inundadas, tendo as famílias que aí residiam sido retiradas, duas escolas foram obrigadas a suspender a respectiva actividade lectiva, o centro de saúde e o quartel dos bombeiros foram também inundados, as comunicações telefónicas e os serviços de electricidade, gás e de abastecimento de água foram igualmente afectados.

A Câmara Municipal de Pombal foi na altura obrigada a accionar o Plano Municipal de Emergência local e contabilizou os prejuízos sofridos em cerca de 5 milhões de euros, só no





## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Handwritten signature or initials in the top right corner.

que se referia a equipamentos da autarquia, já que também o património particular sofreu elevados danos.

Também em Leiria, as águas do rio Lis saíram das margens, inundando habitações e empresas que se encontravam na imediação desse curso de água, tendo oito pontes e diversas estradas ficado danificadas.

Um mês depois, no final de Novembro de 2006, o mau tempo voltou a assolar Portugal e a provocar elevados prejuízos, principalmente na região Oeste do País.

**Na Lourinhã**, o rio Grande ultrapassou as margens e submergiu a zona urbana dessa cidade, chegando as águas a atingir, em certos sítios, um metro e meio de altura, inundando dezenas de habitações e o quartel dos bombeiros locais, além de obstruir inúmeras estradas e vias de comunicação.

O mesmo sucedeu no **Bombarral**, onde a estação ferroviária foi inundada e a circulação de comboios na linha do Oeste teve de ser suspensa, além de, também aqui, algumas casas terem ficado alagadas e diversas vias terem ficado danificadas.

**Caldas da Rainha, Óbidos e Alcobaça** são outros exemplos de povoações que sofreram avultados prejuízos com as intempéries de final de 2006, designadamente a nível de valores patrimoniais, com inúmeras habitações inundadas pelas águas, e de equipamentos viários, com dezenas de estradas cortadas e algumas mesmo parcialmente destruídas.

Os municípios atingidos, e de um modo geral referenciados *supra* – com particular destaque para o de **Pombal** – sofreram prejuízos muito significativos e tiveram de despender avultadas verbas para reparar e repavimentar estradas e outras vias de comunicação, repor ligações que a queda de pontes interrompeu, reparar edifícios e instalações públicas, entre



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Handwritten signature and mark.

diversas outras intervenções que então se revelaram imprescindíveis para normalizar a vida das populações locais.

Na sequência destes trágicos factos, a generalidade dos municípios mais atingidos apresentou (note-se que terá sido só no final de 2007), candidaturas às Comissões de Coordenação Regional com vista à obtenção dos necessários apoios financeiros do Estado que lhes permitissem o ressarcimento pelas verbas que extraordinariamente tiveram de desviar ou disponibilizar para a necessária recuperação urbana.

Sucede que, no início de 2008, a comunicação social divulgou que o Governo apenas recentemente disponibilizou verbas para alguns – e não todos – dos municípios atingidos fazerem face aos prejuízos que sofreram com as intempéries de 2006, sem que se conheçam as razões que, porventura, assistirão a tal comportamento discriminatório.

Com efeito, enquanto o município de Tomar terá recebido, em 15 de Fevereiro passado, uma verba de € 637.554, os municípios de Pombal, de Leiria, de Alcobaça, da Batalha e de Óbidos não terão recebido qualquer apoio até à presente data.

Esta situação está a prejudicar gravemente a vida das populações locais, já que o adiamento da celebração dos pertinentes contratos-programa de financiamento obriga as autarquias ao adiamento de obras e outras intervenções e melhoramentos que deveriam efectuar, e que tiveram de ser suspensos para canalizar verbas para fazer face aos prejuízos que sofreram há ano e meio.

Importa, pois, que o Governo concretize rapidamente o apoio devido pelo Estado aos referidos municípios, de modo a não continuar a prejudicar as populações que sofreram tão importantes danos.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Deputado abaixo assinado vem, através de Vossa Excelência, requerer ao Governo <sup>que em face da Lei do Orçamento de 2007</sup> que preste as seguintes informações:

1. Vai o Governo viabilizar a concessão de apoios financeiros aos municípios de Leiria, Pombal, Alcobaça, Alvaiázere, Batalha, Óbidos, Bombarral e Lourinhã, e outros Concelhos de modo a estes possam fazer face aos prejuízos que sofrem com as intempéries ocorridas no final de 2006?
2. Quando concretizará o Governo os referidos apoios?

Palácio de S. Bento, 9 de Abril de 2008

Com os melhores cumprimentos,

Os Deputados

(Feliciano Barreiras Duarte)

(Ofélia Moleiro)

(Carlos Poço)